

ANO I - EDIÇÃO Nº 54 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Quarta-Feira, 01 de junho de 2016.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 365/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, inciso V, alínea "a", da Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008, e considerando o disposto na Lei nº 2.580, de 03 de maio de 2012, e no Ato nº 052/2012, de 06 de junho de 2012, publicado no Diário Oficial nº 3.647, em 12 de junho de 2012, que tornou público o Resultado Final e Homologação do Concurso Público, objeto do Edital nº 01/2012, de 04 de abril de 2012, para provimento de vagas nos cargos efetivos de nível médio e superior, considerando, ainda, a Portaria nº 385/2014 que prorrogou a validade do aludido Concurso Público;

CONSIDERANDO o Edital nº 07, de 24 de maio de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins, na Edição nº 4.628, de 30 de maio de 2016, que tornou público o resultado dos interessados no provimento de vagas de Analista Ministerial: Ciências Jurídicas em Regional diversa da que foram aprovados,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, em caráter efetivo, para provimento do cargo de Analista Ministerial, Especialidade: Ciências Jurídicas, com enquadramento no padrão inicial da primeira classe salarial do respectivo cargo, conforme a seguir:

ANALISTA MINISTERIAL - CIÊNCIAS JURÍDICAS			
NOME	CLASS.	SITUAÇÃO	LOTAÇÃO
GRAZIELLE DE FATIMA ROSA	20º	CAD. RESERVA	PEDRO AFONSO
BRUNO MANOEL VIEIRA BORRALHO	21º	CAD. RESERVA	PEDRO AFONSO
THAYANE DOS REIS SILVA	22º	CAD. RESERVA	ARAGUAÇU

Art. 2º A posse deverá ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta Portaria no Diário Oficial do Estado do Tocantins.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 30 de maio de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 366/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, inciso V, alínea "a", da Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008, e considerando o disposto na Lei nº 2.580, de 03 de maio de 2012, e no Ato nº 052/2012, de 06 de junho de 2012, publicado no Diário Oficial nº 3.647, em 12 de junho de 2012, que tornou público o Resultado Final e Homologação do Concurso

Público, objeto do Edital nº 01/2012, de 04 de abril de 2012, para provimento de vagas nos cargos efetivos de nível médio e superior, considerando, ainda, a Portaria nº 385/2014 que prorrogou a validade do aludido Concurso Público;

CONSIDERANDO a Decisão acostada nos autos de procedimento administrativo nº 2016.0701.00199, em razão do falecimento do candidato FERNANDO PEREIRA DE OLIVEIRA, 1º classificado/ para o cargo de Motorista Profissional, Regional Palmas, conforme Certidão de Óbito, registrada no Cartório de Registro Civil de Monte do Carmo/TO;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, em caráter efetivo, MÁRCIO HENRIQUE PARENTE FONTOURA para provimento do cargo de Motorista Profissional, 2º CAD. RESERVA (PESSOA COM DEFICIÊNCIA), Regional de Palmas/TO, com enquadramento no padrão inicial da primeira classe salarial do respectivo cargo.

Art. 2º A posse deverá ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta Portaria no Diário Oficial do Estado do Tocantins.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 30 de maio de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 367/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, inciso V, alínea "a", da Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008, e considerando o disposto na Lei nº 2.580, de 03 de maio de 2012, e no Ato nº 052/2012, de 06 de junho de 2012, publicado no Diário Oficial nº 3.647, em 12 de junho de 2012, que tornou público o Resultado Final e Homologação do Concurso Público, objeto do Edital nº 01/2012, de 04 de abril de 2012, para provimento de vagas nos cargos efetivos de nível médio e superior, considerando, ainda, a Portaria nº 385/2014 que prorrogou a validade do aludido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, em caráter efetivo, para provimento dos cargos especificados, com enquadramento no padrão inicial da primeira classe salarial dos respectivos cargos, na forma a seguir:

REGIONAL DE ARAGUAÍNA		
MOTORISTA PROFISSIONAL		
CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	NOME
1º	CLASSIFICADO	CLEIDIMAR GOMES DE OLIVEIRA
2º	CLASSIFICADO	ANTONIO NELZIR ALVES RODRIGUES
3º	CLASSIFICADO	DAYVE DE JESUS QUEIROZ

REGIONAL DE GURUPI		
MOTORISTA PROFISSIONAL		
CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	NOME
1º	CLASSIFICADO	JÓÃO NETO PEREIRA DE FARIAS
2º	CLASSIFICADO	EVERTON ARSEGO LIMA

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO
Chefe de Gabinete da PGJ

UILTON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

JOÃO RODRIGUES FILHO
Corregedor-Geral

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHAES
Corregedora-Geral Substituta

OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR
Promotor-Corregedor

PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO
Promotor-Corregedor

FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA
Chefe de Gabinete

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Colégio de Procuradores

ELAINE MARCIANO PIRES
Procuradora de Justiça
Secretária do Colégio de Procuradores

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
Procuradora de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador de Justiça

ALCIR RAINERI FILHO
Procurador de Justiça

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA
Procuradora de Justiça

JOÃO RODRIGUES FILHO
Procurador de Justiça

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Procurador de Justiça

RICARDO VICENTE DA SILVA
Procurador de Justiça

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Procurador de Justiça

JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR
Procurador de Justiça

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Procurador de Justiça

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Conselho

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Membro - Secretário do Conselho

JOÃO RODRIGUES FILHO
Membro - Corregedor-Geral do MPE

ALCIR RAINERI FILHO
Membro

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO
Telefone: (63) 3216-7600

REGIONAL DE PALMAS		
MOTORISTA PROFISSIONAL		
CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	NOME
2º	CLASSIFICADO	RICKY MANOEL DA SILVA
3º	CLASSIFICADO	RICHARDSON RIBEIRO DA SILVA
4º	CLASSIFICADO	YURI NERY DE ASSIS
5º	CLASSIFICADO	MARCIO LEON BURMANN VARANDA
6º	CLASSIFICADO	FERNANDO DANIEL PEREIRA ALVES

REGIONAL DE ARAGUAÍNA		
OFICIAL DE DILIGÊNCIAS		
CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	NOME
2º	C. RESERVA/ PNE	ABIDIAS ALVES DE SOUSA

REGIONAL DE GURUPI		
OFICIAL DE DILIGÊNCIAS		
CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	NOME
6º	CLASSIFICADO	WELSON FRANCK LUSTOSA BARROS
7º	C. RESERVA	BRUNO MARTINS DA SILVA

REGIONAL DE PALMAS		
OFICIAL DE DILIGÊNCIAS		
CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	NOME
15º	C. RESERVA	EVANILSON SILVA DE ALMEIDA

REGIONAL DE PALMAS		
TÉCNICO MINISTERIAL ESPECIALIZADO - FOTOGRAFIA		
CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	NOME
1º	CLASSIFICADO	MARCELO ALMEIDA DE DEUS
2º	CLASSIFICADO	FRANCISCA COELHO DE SOUZA

Art. 2º A posse deverá ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta Portaria no Diário Oficial do Estado do Tocantins.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 30 de maio de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 368/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, em consonância com as diretrizes estabelecidas na Resolução nº 003/2009/CPJ, de 15 de dezembro de 2009, do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR como prestadores de serviço voluntário, no Ministério Público do Estado do Tocantins, nas Promotorias de Justiça indicadas a seguir:

NOME	ÓRGÃO	DIAS DA SEMANA	INÍCIO
Edikartos William Alves Teixeira	Promotoria de Justiça de Araguaçu	Segunda a sexta-feira (14h às 18h)	18/05/2016
Thais Cristina Barbosa Lima	1ª Promotoria de Justiça de Araguaína	Segunda a sexta-feira (8h às 12h)	02/05/2016

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 30 de maio de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 369/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º ESTABELECE lotação à servidora ANELIZE DALCIN MIOTTO CORRÊA, matrícula nº 1029347, no Departamento de Licitação: Comissão de Licitação, a partir de 30 de maio de 2015.

Art. 2º Revoga-se a Portaria 357/2015.

PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 31 de maio de 2015.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 370/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008, e conforme o disposto no art. 11 da Resolução CSMP Nº 004/2013;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, "ad referendum" do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins, a Promotora de Justiça BEATRIZ REGINA LIMA DE MELLO para responder, cumulativamente, pela 11ª Procuradoria de Justiça, no período de 25/05/2016 a 03/07/2016, durante a licença para tratamento da própria saúde do titular do cargo Marco Antonio Alves Bezerra.

PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 31 de maio de 2015.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 371/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 17, III, "i", e 131, § 4º da Lei Complementar Estadual nº 51, de 02 de janeiro de 2008, c/c a Resolução nº 01, de 7 de abril de 2009; Resolução CNMP nº 30, de 19 de maio de 2014; Ata da 101ª Sessão Ordinária do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Tocantins e Ato PGJ nº 005, de 02 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Indicar ao Procurador da República Regional Eleitoral, para fins de designação, os Promotores de Justiça abaixo relacionados, que atuaram perante a Justiça Eleitoral, no período especificado, durante os afastamentos dos Promotores de Justiça indicados para o biênio:

Z.E.	SEDE	PROMOTOR DE JUSTIÇA ELEITORAL	PERÍODO
1ª	Araguaina	Ricardo Alves Peres	12 a 18/05/2016 23 a 30/05/2016
3ª	Porto Nacional	Isabelle Rocha Valença Figueiredo	25/05/2016 27/05/2016 30/05/2016
4ª	Colinas do Tocantins	Thais Cairo Souza Lopes	10 a 24/05/2016
5ª	Miracema do Tocantins	Vilmar Ferreira de Oliveira	16 a 20/05/2016
6ª	Guarái	Fernando Antônio Sena Soares	11 a 23/05/2016
		Rafael Pinto Alamy	24 e 25/05/2016
8ª	Filadélfia	Pedro Jainer Passos Clarindo da Silva	01 a 23/05/2016 25 e 26/05/2016 28 a 31/05/2016
		Leonardo Gouveia Olhê Blanck	24 e 27/05/2016

9ª	Tocantinópolis	Eurico Greco Puppio	01 a 31/05/2016
11ª	Itaguatins	Paulo Sérgio Ferreira de Almeida	01 a 22/05/2016
		Breno de Oliveira Simonassi	23 a 31/05/2016
12ª	Xambioá	Sidney Fiori Júnior	01 a 12/05/2016
		Priscilla Karla Stival Ferreira	16 a 25/05/2016
13ª	Cristalândia e Pium	Ruth Araújo Viana	01 a 31/05/2016
15ª	Formoso do Araguaia	Bartira Silva Quintero	01 a 29/05/2016
		Luiz Francisco de Oliveira	30 e 31/05/2016
16ª	Colmeia	Rogério Rodrigo Ferreira Mota	25/05/2016
18ª	Paraná	Gustavo Shult Júnior	01 a 31/05/2016
19ª	Natividade	Vinicius de Oliveira e Silva	11 a 25/05/2016 30/05/2016
		André Ricardo Fonseca Carvalho	01 a 10/05/2016 26 e 31/05/2016
		Isabelle Rocha Valença Figueiredo	27/05/2016
20ª	Peixe	Rui Gomes Pereira da Silva Neto	23 a 25/05/2016
		Jussara Barreira Silva Amorim	30/05/2016
21ª	Augustinópolis	Breno de Oliveira Simonassi	23 a 27/05/2016
23ª	Pedro Afonso	Rafael Pinto Alamy	01 a 10/05/2016
25ª	Dianópolis	Luiz Francisco de Oliveira	06/05/2016
26ª	Ponte Alta do Tocantins	Adriano Cesar Pereira das Neves	11 a 25/05/2016
		Francisco José Pinheiro Brandes Júnior	01 a 10/05/2016 26 a 31/05/2016
27ª	Wanderlândia	Priscilla Karla Stival Ferreira	01 a 31/05/2016
28ª	Miranorte	Vilmar Ferreira de Oliveira	13 a 27/05/2016 30 e 31/05/2016
31ª	Arapoema	Juliana da Hora Almeida	01 a 29/05/2016
		Thais Cairo Souza Lopes	30 e 31/05/2016
32ª	Goiatins	Pedro Jainer Passos Clarindo da Silva	01 a 23/05/2016 25 e 26/05/2016 28 a 31/05/2016
		Leonardo Gouveia Olhê Blanck	24 e 27/05/2016
33ª	Itacajá	Rogério Rodrigo Ferreira Mota	01 a 31/05/2016
35ª	Novo Acordo	Pedro Geraldo Cunha de Aguiar	11 a 25/05/2016

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 31 de maio de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 372/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 17, III, "i", e 131, § 4º da Lei Complementar Estadual nº 51, de 02 de janeiro de 2008, Ato nº 11/2010, Ato nº 039/2008 e Resolução nº 30 do CNMP,

RESOLVE :

Art. 1º INDICAR ao Senhor Procurador da República Regional Eleitoral, para fins de designação, os Promotores de Justiça abaixo relacionados, que atuarão perante a Justiça Eleitoral, no período (biênio) especificado:

Z.E.	SEDE	PROMOTOR DE JUSTIÇA ELEITORAL	PERÍODO
30ª	ARAGUAÇU	MILTON QUINTANA	19/04/2016 a 18/04/2018

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRE-SE

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

DO TOCANTINS, em Palmas, 31 de maio de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 029/2015 (AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR, TIPO SPLIT).

INTERESSADA : Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos do Estado do Tocantins - ATR.

DESPACHO Nº 240/2016 - Nos termos que faculta a Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e devidamente cumpridos os requisitos previstos no Decreto Federal nº 7.892/13, que, consoante disposição do Ato PGJ nº 14/2013, se aplica no Ministério Público do Estado do Tocantins e considerando a solicitação consignada no OFÍCIO Nº 143/2016/PRES/ATR, de 19 de maio de 2016, da lavra do Presidente Carlos Júnior Spegiorin Silveira, bem como as informações consignadas no MEMO Nº 090/2016 - C.P.L./P.G.J., de 25 de maio de 2016, a Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins, na qualidade de Órgão Gerenciador da Ata em referência, respeitado o limite de adesão fixado no § 4º do Decreto Federal nº 7.892/13, AUTORIZA a adesão da Agência Tocantinense de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos do Estado do Tocantins - ATR à Ata de Registro de Preços nº 029/2015 (AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR, TIPO SPLIT), especificamente para os itens a seguir: Item 01 (Região Central): linha 5 (04 un) e linha 6 (04 un), no valor total de R\$ 34.760,00 (trinta e quatro mil e setecentos e sessenta), mediante autorização pelo Ordenador de Despesas solicitante e comprovada nos autos a vantajosidade econômica da adesão, a indicação de recursos e a anuência do respectivo FORNECEDOR REGISTRADO, observando que as aquisições e contratações pretendidas deverão ser efetivadas em até noventa dias, conforme prazo de vigência na Ata, nos termos do art. 22, § 6º do Decreto Federal nº 7.892/13.

Encaminhe-se os presentes documentos à Comissão Permanente de Licitação para os procedimentos de praxe.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 30 de maio de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Recesso natalino

INTERESSADO: Lucídio Bandeira Dourado

DESPACHO Nº 241/2016 - À vista do que consta das informações consignadas nos assentamentos funcionais do Membro adiante nominado, DEFIRO, nos termos da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, art. 17, inciso V, alínea "h", item 1, o pedido formulado pelo Promotor de Justiça Lucídio Bandeira Dourado para conceder-lhe 18 (dezoito) dias de folga, a serem usufruídos no período de 06 a 23 de junho de 2016, referentes aos dias que permaneceu em exercício durante o recesso natalino de 2015/2016.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 30 de maio de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 052/2015 (AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE MANUTENÇÃO).

INTERESSADO: Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - RURALTINS.

DESPACHO Nº 242/2016 - Nos termos que faculta a Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e devidamente cumpridos os requisitos previstos no Decreto Federal nº 7.892/13, que, consoante disposição do Ato PGJ nº 14/2013, se aplica no Ministério Público do Estado do Tocantins e considerando a solicitação consignada no OF/GAB/PRES/Nº 397/2016, de 23 de

maio de 2016, da lavra do Presidente Pedro Dias Corrêa da Silva, bem como as informações consignadas no MEMO Nº 092/2016 - C.P.L./P.G.J., de 30 de maio de 2016, a Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins, na qualidade de Órgão Gerenciador da Ata em referência, respeitado o limite de adesão fixado no § 4º do Decreto Federal nº 7.892/13, AUTORIZA a adesão do INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO ESTADO DO TOCANTINS - RURALTINS à Ata de Registro de Preços nº 052/2015 (AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE MANUTENÇÃO), especificamente para os itens a seguir: Item 03: linha 1 (50 un); Item 08: linhas 1 (1000 un), 2 (1000 un) e 3 (200 un); Item 11: linha 1 (12 un); Item 29: linhas 1 (500 un), 2 (800 un), 3 (400 un), 4 (30 un) e 5 (100 un); Item 35: linhas 1 (12 un) e 2 (24 un); Item 37: linhas 1 (18 tb) e 2 (12 un); Item 45: linha 1 (08 un); Item 55: linha 1 (20 un); Item 58: linha 1 (80 sc); Item 64: linha 1 (30 tb); Item 76: linha 3 (180 un); Item 80: linhas 1 (15 un) e 2 (10 un); Item 82: linhas 1 (04 un) e 3 (04 un); Item 88: linhas 1 (05 rolos), 2 (05 rolos), 3 (05 rolos), 4 (05 rolos), 5 (05 rolos), 6 (05 rolos), 7 (05 rolos), 8 (05 rolos), 9 (05 rolos) e 10 (05 rolos); Item 89: linhas 1 (05 rolos), 2 (05 rolos), 3 (05 rolos), 4 (01 rolo), 5 (01 rolo) e 6 (01 rolo); Item 95: linhas 1 (05 rolos), 2 (50 un) e 3 (40 un); Item 99: linha 1 (05 un); Item 100: linhas 1 (01 un) e 2 (01 un); Item 107: linha 1 (03 un); Item 117: linhas 1 (90 un), 2 (25 un), 3 (40 un) e 4 (40 un); Item 120: linha 1 (03 un); Item 123: linhas 1 (02 rolos) e 4 (02 rolos); Item 133: linha 1 (20 rolos); Item 134: linha 1 (05 rolos); Item 136: linhas 1 (10 un), 2 (10 un) e 5 (24 un), mediante autorização pelo Ordenador de Despesas solicitante e comprovada nos autos a vantajosidade econômica da adesão, a indicação de recursos e a anuência do respectivo FORNECEDOR REGISTRADO, observando que as aquisições e contratações pretendidas deverão ser efetivadas em até noventa dias, conforme prazo de vigência na Ata, nos termos do art. 22, § 6º do Decreto Federal nº 7.892/13.

Encaminhe-se os presentes documentos à Comissão Permanente de Licitação para os procedimentos de praxe.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 31 de maio de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Adesões às Atas nº 052/2015, 053/2015 e 054/2015 (Aquisição de materiais de manutenção).

INTERESSADO: Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins - IGEPREV.

DESPACHO Nº 243/2016 - Nos termos que faculta a Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e devidamente cumpridos os requisitos previstos no Decreto Federal nº 7.892/13, que, consoante disposição do Ato PGJ nº 14/2013, se aplica no Ministério Público do Estado do Tocantins e considerando a solicitação consignada no OFÍCIO Nº 1741/2016/GABPRES/IGEPREV, de 19 de maio de 2016, da lavra do Presidente Floriano Rodrigues Alves, bem como as informações consignadas no MEMO Nº 091/2016 - C.P.L./P.G.J., de 30 de maio de 2016, a Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins, na qualidade de Órgão Gerenciador da Ata em referência, respeitado o limite de adesão fixado no § 4º do Decreto Federal nº 7.892/13, AUTORIZA as adesões do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins - IGEPREV às Atas nº 052/2015, 053/2015 e 054/2015 (Aquisição de materiais de manutenção), especificamente para os itens a seguir: ATA Nº 052/2015 : Item 88: linhas 1 (02 rolos), 3 (02 rolos), 4 (02 rolos), 5 (01 rolo) e 7 (01 rolo); Item 90: linha 1 (200 m); Item 95: linha 4 (06 un); Item 99: linhas 1 (05 un) e 2 (01 un); Item 114: linha 1 (30 un); ATA Nº 053/2015 : Item 04: linhas 1 (05 un), 2 (05 un), 3 (05 un), 4 (05 un), 5 (05 un) e 6 (05 un); Item 104: linhas 2 (60 un), 6 (10 un) e 7 (10 cx); Item 115: linha 1 (150 un); Item 118: linhas 1 (30 un) e 2 (120 un); Item 119: linha 1 (06 un); e ATA Nº 054/2015: Item 40: linha 1 (30 un); Item 44: linha 2 (05 un); Item 47: linha 3 (10 un), mediante autorização pelo Ordenador de Despesas solicitante e comprovada nos autos a vantajosidade econômica da adesão, a indicação de recursos e a anuência do respectivo FORNECEDOR REGISTRADO, observando que as aquisições e contratações pretendidas deverão ser efetivadas em até noventa dias, conforme prazo de vigência na Ata, nos termos do art. 22, § 6º do Decreto Federal nº 7.892/13.

Encaminhe-se os presentes documentos à Comissão

Permanente de Licitação para os procedimentos de praxe.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 31 de maio de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Adesão à Ata nº 001/2016 (Aquisição de materiais de expediente e ensino).

INTERESSADO: Secretaria de Finanças de Palmas-TO.

DESPACHO Nº 244/2016 - Nos termos que faculta a Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e devidamente cumpridos os requisitos previstos no Decreto Federal nº 7.892/13, que, consoante disposição do Ato PGJ nº 14/2013, se aplica no Ministério Público do Estado do Tocantins e considerando a solicitação consignada no OFÍCIO/SEFIN/SUCOL/DDCG Nº 193/2016, de 04 de maio de 2016, das lavras do Presidente Floriano Rodrigues Alves, bem como as informações consignadas no MEMO Nº 093/2016 - C.P.L./P.G.J., de 30 de maio de 2016, a Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins, na qualidade de Órgão Gerenciador da Ata em referência, respeitado o limite de adesão fixado no § 4º do Decreto Federal nº 7.892/13, AUTORIZA a adesão da Secretaria de Finanças de Palmas/TO à Ata nº 001/2016 (Aquisição de materiais de expediente e ensino), na íntegra (todos os itens e respectivas quantidades), mediante autorização pelo Ordenador de Despesas solicitante e comprovada nos autos a vantagem econômica da adesão, a indicação de recursos e a anuência do respectivo FORNECEDOR REGISTRADO, observando que as aquisições e contratações pretendidas deverão ser efetivadas em até noventa dias, conforme prazo de vigência na Ata, nos termos do art. 22, § 6º do Decreto Federal nº 7.892/13.

Encaminhe-se os presentes documentos à Comissão Permanente de Licitação para os procedimentos de praxe.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 31 de maio de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

DIRETORIA-GERAL

PORTARIA DG Nº 067/2016

O Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais substanciadas no art. 97 da Resolução nº 008/2015/CPJ (Regimento Interno), de 22 de outubro de 2015 e no Ato PGJ nº 004/2013, de 17 de janeiro de 2013.

Considerando a necessidade do serviço a ser desenvolvido junto a 11ª Promotoria de Justiça de Araguaína, conforme solicitação expressa no requerimento protocolado sob o nº 07010130370201676, em 30 de maio de 2016, da lavra do Exmo. Promotor de Justiça, Dr. Ricardo Alves Peres.

R E S O L V E:

Art. 1º. Interromper, a bem do serviço público, por interesse da Administração, as férias da servidora Sarah Cunha Porto Pinheiro Rizo, a partir do dia 06/06/2016, marcadas anteriormente de 30/05/2016 a 10/06/2016, referente ao período aquisitivo 2015/2016, assegurando-lhe o direito de usufruto dos 05 (cinco) dias restantes em época oportuna, já tendo recebido o adicional de férias.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas – TO, 30 de maio de 2016.

Uilton da Silva Borges
Diretor-Geral
P.G.J

4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARAÍSO - TO

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 070/2016 – 4ª PJ/PSO/TO.

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

Portaria Nº: 070/2016.

Assunto (CNMP): Direito Administrativo e outras matérias de direito público (9985). Atos administrativos (9997). Improbidade Administrativa (10011). Violação aos Princípios Administrativos (10014). Dano ao erário (10012) e Enriquecimento ilícito (10013).

Objeto: Apuração de eventual lesão ao erário no âmbito do DERTINS/AGETRANS no município de Paraíso/TO, nos anos de 2010 e 2011.

Investigante: Maria Cotinha Bezerra Pereira, 4ª Promotora de Justiça de Paraíso/TO

Representante(s): Juiz de Direito Titular da 1ª Vara Cível de Paraíso/TO.

Representado(a)(s): João Bosco Teles Pessoa e Virgílio da Silva Azevedo.

Fundamentos: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal nº 8.625/93; artigos 6º e 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual nº 51/08.

Área de atuação: Tutela coletiva – Patrimônio Público.

Documento de Origem: Ofício nº 057/2016 – Escrivania da 1ª Vara Cível.

Local e data de instauração: Paraíso do Tocantins/TO, 23/05/2016.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PALMEIRÓPOLIS

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA Nº 001/2016/PJ/PALMEIRÓPOLIS/TO

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Palmeirópolis/TO.

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85 e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 051/08.

ORIGEM: Dados e informações colhidos em reunião realizada na sede do Fórum da Comarca de Palmeirópolis/TO, devidamente documentadas em ata, com representantes do Poder Executivo, Legislativo, Judiciário, sociedade civil e Ministério Público, que apontam para uma real situação de risco em trecho da Rodovia Estadual TO 387, altura do Km 104, localizado próximo à cidade de Palmeirópolis/TO, popularmente nominado de "Apertado da hora".

FATO EM APURAÇÃO: falta de segurança viária, que tem resultado em inúmeros acidentes fatais, no trecho da Rodovia Estadual TO 387, altura do Km 104, localizado próximo à cidade de Palmeirópolis/TO.

INVESTIGADO: Secretário de Infraestrutura, Habitação e Serviços Públicos do Estado do Tocantins.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmeirópolis/TO, 18 de maio de 2016.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil